

PSICOPEDAGOGIA E ALFABETIZAÇÃO

*Elisângela Martins Araújo¹
Aparecida Nogueira de Souza*

RESUMO: Vivemos hoje novas orientações e desafios. Não cabe à educação apenas repassar ou transmitir conhecimentos, mas favorecer a formação humana, desenvolvendo as potencialidades dos sujeitos, por meio de uma aprendizagem que conduza os alunos a aprender, a pensar e a aprimorar habilidades necessárias para enfrentar o mundo que se apresenta a eles. O processo de alfabetização ao longo dos anos tem sido considerado o grande responsável pelo fracasso escolar e, conseqüentemente, vem atuando como gerador da exclusão de significativa por parte do alunado, conferindo à escola um papel elitista e discriminatório. Daí, a necessidade de se fazer algo “urgente” para que se mude a presente realidade. Com os dados obtidos pela pesquisa constatamos alguns pontos considerados fundamentais para entender como se dá a construção dos conhecimentos sobre a leitura e a escrita. Desse modo, os dados foram organizados em três categorias de análise: o processo da aquisição das habilidades necessárias à alfabetização e ao letramento; estratégias utilizadas pelo professor para motivar na criança, o gosto pela leitura; e objetivos priorizados pelo professor na alfabetização do aluno. A partir das observações em sala de aula, percebemos que P1 dá “espaço” para que as crianças questionem, participem e que, mesmo aqueles alunos que se mostram mais desinteressados em estudar, parecem possuir um entrosamento muito grande com a professora, o que auxilia o envolvimento desses nas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Letramento. Aprendizagem significativa.

¹ Professoras da rede Municipal e Particular de Caldas Novas-GO. Artigo apresentado à Universidade Estadual de Goiás –UEG como requisito final para a obtenção do título de especialista em psicopedagogia sob a orientação da professora Dra. Sônia Maria dos Santos.

ABSTRACT: Today we live new orientations and challenges. It doesn't fit to the education to repass or transmit knowledge, but to allow the human being formation, developing the potentialities of the people by means of a learning that leads the confrontation of the world that it presents to them. The process of alphabetization along the years has been considered the responsible for school failure and, consequently, the process of alphabetization acts causing the exclusion of meaningful part of the students, giving to the school a elitist and discriminatory role. Then, the necessary to make something "urgent" to change the present reality. With the gotten informations evidenced some basic points that can be help to understand how the construction of knowledges gives on the reading and writing. In this way, the informations had been organized in three categories of analysis: the process of abilities acquisition necessary to alphabetization and literacy; strategies used by a teacher to motivate in the child, the taste for reading; and prioritized goals by the teacher in the alphabetization of the student. From the observations in the classroom, we perceive that P1 gives "opportunity" the children ask, participate and, even those students that show more uninterested in study, they seem to hold a great intermeshing with the teacher, it assists the involvement of these in the activities.

KEY WORDS: Alphabetization. Literacy. Significant learning.

As observações preliminares sobre as quais discorre esse artigo têm suas bases na prática docente que ora se faz em sala de aula e nas leituras feitas no decorrer do curso de pós-graduação, o qual despertou-nos o interesse em pesquisar como a criança constrói seu conhecimento na leitura e na escrita e, quais são as dificuldades encontradas nesse processo.

Essa pesquisa com base neste enfoque teve seu surgimento a partir de uma necessidade que advinda da prática pedagógica, a qual já temos observado, ao longo de nosso trabalho, enquanto professoras das séries iniciais, a dificuldade que alguns alunos sentem em relação ao processo de alfabetização, ou melhor, ao letramento.

Enquanto educadoras das séries iniciais do ensino fundamental, deparamo-nos cada vez mais com crianças que enfrentam grandes dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita, assim observando que a maioria das reprovações acontece na 1ª série do ensino fundamental;

os alunos reprovados ou que fracassam pertencem, geralmente, às classes desfavorecidas. É possível encontrar crianças na 1ª série em diversas fases de aprendizagem e com diferentes dificuldades em relação ao processo da aquisição da leitura e da escrita.

É preciso, no entanto, situar o nosso momento: educamos no contexto de novo século, com demandas diferenciadas e que se alteram em um dinamismo irrefreável, fruto das transformações e dos avanços em uma sociedade em constante mudança. Vivemos hoje novas orientações e desafios, isto é, não cabe à educação apenas repassar ou transmitir conhecimentos, mas favorecer a formação humana, desenvolvendo as potencialidades dos sujeitos, por meio de uma aprendizagem que conduza os alunos a aprender a pensar e a aprimorar habilidades necessárias para enfrentar o mundo que se apresenta a eles.

De forma que esse trabalho, além de servir de orientação para novas práticas pedagógicas, poderá servir também de suporte para outros professores que trabalham com alfabetização e procuram entender pontos de dificuldades dos alunos na aquisição do letramento.

Hoje, bem desenvolvido o campo da psicopedagogia, existe uma percepção global do fato educativo e para a compreensão satisfatória dos objetivos da educação e da finalidade da escola, possibilitando assim, uma ação transformadora. Este campo permitiu-nos também detectar problemas na educação e possíveis soluções, o que poderá mostrar-nos caminhos para uma educação de qualidade.

O processo de alfabetização ao longo dos anos, tem sido considerado o grande responsável pelo fracasso escolar e, conseqüentemente, vem atuando como gerador da exclusão de significativa por parte do alunado, conferindo à escola um papel elitista e discriminatório. Daí, a necessidade de se fazer algo “urgente” para que se mude a presente realidade.

O fato da escola em geral, não saber fazer de seus alunos bons leitores, traz conseqüências graves para o futuro destes, que terão enormes dificuldades no cotidiano de sua vida escolar e pessoal, em que a leitura e a escrita se fazem necessárias a todo instante e serão fortes candidatos não só ao insucesso escolar, mas também sofrerão o processo da exclusão na sociedade na qual estão inseridos.

A insatisfação de professores e alunos revela que há problemas a serem superados tais como, a necessidade de reverter um ensino centrado em procedimentos mecânicos, desprovidos de significados para o aluno. Há urgência em reformular objetivos, rever conteúdos e buscar metodologias compatíveis com a formação que hoje a sociedade reclama.

Segundo alguns autores como Ferreiro (1998), alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da escrita, e letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita.

Para Freire

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (FREIRE, 1976, p.21).

Diante do trecho acima podemos afirmar que pelas colocações do autor parece ser os adultos aqueles que têm uma maior dificuldade na compreensão de como ocorre o processo da alfabetização, imaginando-o como seqüências idealizadas de progressão cumulativas, estimulando modos idealizados de fala que estariam ligados à escrita e construindo definições do “fácil” e do “difícil,” definições estas que nunca levaram em conta de que maneira se define o fácil e o difícil para o ator principal da aprendizagem, a criança.

De acordo com Ferreiro:

[...] a aprendizagem da leitura e da escrita não se dá espontaneamente; ao contrário, exige uma ação deliberada do professor e, portanto, uma qualificação de quem ensina. Exige planejamento e decisões a respeito do tipo, freqüência, diversidade, seqüência das atividades de aprendizagem. Mas essas decisões são tomadas em função do que se considera como papel do aluno e do professor nesse processo; por exemplo, as experiências que a criança teve ou não em relação à leitura e à escrita. Incluem, também, os critérios que definem o estar alfabetizado no contexto de uma cultura. (FERREIRO, 2000, p. 32).

Essa mesma autora oferece-nos um instrumental de possibilidades para ver a criança no seu processo de aquisição da escrita, e para verificar o que ela sabe e o que ela não sabe, porque é no que ela ainda não sabe, e no que ela pode e tem condições de fazer com ajuda, ou seja, com interferência de um adulto, é que o professor vai atuar.

Segundo Wells (2002), estar plenamente alfabetizado é ser capaz de compreender diferentes tipos de textos, possuir um repertório de procedimentos e habilidades para relacioná-los em um campo social determinado.

Sobre isso, Ferreiro esclarece que:

[...] as crianças são facilmente alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido (como tantos outros objetos da realidade aos quais dedicam seus melhores esforços intelectuais). (FERREIRO, 2000, p.25).

Para que melhor se entenda a situação que a criança se apresenta hoje em relação à leitura e à escrita, se faz necessário fazer uma breve retrospectiva histórica.

Vivemos inseridos num mundo diferente daquele de vinte, trinta anos atrás. Nossa sociedade está cada vez mais globalizada, mais complexa, exigindo um aprimoramento constante, criando novas necessidades. Há alguns anos, as pessoas eram classificadas em alfabetizadas ou analfabetas pela condição de saber ou não, escrever o próprio nome - condição para que se pudesse votar e escolher os governantes.

Na década de 1980, surgiu o termo “analfabetismo funcional” para designar as pessoas que, sabendo escrever o próprio nome e identificar letras, não sabiam fazer uso da leitura e da escrita no seu cotidiano.

A maneira que se utilizava para saber se o sujeito era alfabetizado, ou não era o tempo de permanência nas escolas. Com menos de quatro anos considerava-se que o indivíduo não tinha se apoderado da leitura e da escrita, sendo, portanto, analfabeto funcional. Mas, observou-se que, mesmo dentre os que permaneciam por mais tempo nas escolas, alguns não eram capazes de interagir e se apropriar da leitura e escrita. Criou-se então, o termo letramento, para designar esta nova condição.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (BRASIL, 1998, p.38).

Surge então, a necessidade de as escolas repensarem o seu papel social. Não apenas alfabetizar, ou fazer com que o indivíduo permaneça na escola por mais tempo, mas dar qualidade a esse tempo em que o indivíduo fica na escola. Ou seja, letrar os seus alunos, pois o letramento possibilita que o indivíduo modifique as suas condições iniciais sob os aspectos: social, cultural, cognitivo e até mesmo o econômico.

Quando observamos o índice de analfabetismo no país (15 milhões

de brasileiros cerca de 13,3 % da população) publicado pelo Jornal Folha de São Paulo em 27 de março de 2001, nos assustamos. O número de analfabetos funcionais eleva o índice para 29,4 %. Imaginemos então, qual seria o índice de analfabetismo se fosse considerado um grau mínimo de letramento. Com certeza chegaria a 50 % ou mais.

Um estudo divulgado pelo IBGE, retirado dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs de 1997, mediu o hábito e a capacidade de leitura e da escrita da parcela alfabetizada da população brasileira nas grandes cidades. Depois de submetidos a um teste, os entrevistados foram classificados em três grupos de acordo com os resultados alcançados. No grupo I, 37% dos entrevistados compreendiam textos curtos e anúncios. No grupo II, os que, além das habilidades do nível I, conseguem ler e compreender textos um pouco mais extensos, como reportagens de jornais são – 37 %. E no grupo III, os que são capazes de ler e compreender textos longos, e que conseguem realizar inferências e estabelecer relações entre os diversos elementos como títulos e subtítulos são – apenas 29 % dos entrevistados.

Ainda, a mesma pesquisa revelou que 41 % dos entrevistados não têm hábito de leitura. Os dados da pesquisa nos apontam a necessidade de as escolas propiciarem uma maior disponibilidade de material de leitura, um maior contato das crianças com livros, jornais e revistas, não mais fechados no interior de uma biblioteca, mas como uma prática mais corriqueira, de fácil acesso e maior circulação.

Ser alfabetizado ou ser letrado

Durante muito tempo, pensava-se que ser alfabetizado era conhecer o código lingüístico, ou seja, conhecer as letras do alfabeto. Atualmente, sabe-se que, embora seja necessário o conhecimento das letras, só isso não é suficiente para ser competente no uso da língua escrita. A língua não é um mero código para comunicação. A linguagem é, um fenômeno social estruturado de forma dinâmica e coletiva e, portanto, a escrita também deve ser vista do ponto de vista cultural e social. Para dar conta desse processo de inserção numa cultura letrada tal como a atual, utiliza-se atualmente a palavra letramento.

A alfabetização (ou o conhecimento do código da escrita) é apenas um meio para o letramento (uso social da leitura e da escrita). Para formar cidadãos participativos, é preciso levar em consideração a noção de letramento e não de alfabetização. Letrar significa inserir a criança no

mundo letrado, trabalhando com os diferentes usos da escrita na sociedade.

Essa inserção começa muito antes da alfabetização propriamente dita, quando a criança começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no seu mundo social: os pais lêem para ela, a mãe faz anotações, os rótulos indicam os produtos, as marcas ressaltam nas prateleiras dos supermercados e na despensa em casa (MINAS GERAIS, 2003).

O letramento é cultural, por isso muitas crianças já vão para a escola com o conhecimento adquirido incidentalmente no seu dia-a-dia. A escola deve continuar o desenvolvimento das crianças nesse processo, evitando as práticas que tornam a criança alfabetizada, com conhecimento do código, mas incapaz de compreender o sentido dos textos.

Os PCNs nos alerta que:

O professor deve tomar alguns cuidados para envolver o aluno no processo de construção da escrita, tais como criar um ambiente letrado, em que a leitura e a escrita estejam presentes mesmo antes que a criança saiba ler e escrever convencionalmente; considerar o conhecimento prévio das crianças, pois, embora pequenas, elas levam para a escola o conhecimento que advém da vida; participar com as crianças de práticas de letramento, ou seja, ler e escrever com função social; utilizar textos significativos, pois é mais interessante interagir com a escrita que possui um sentido, constitui um desafio e dá prazer; utilizar textos reais, que circulam na sociedade, e utilizar a leitura e a escrita como forma de interação, por exemplo, para informar, convencer, solicitar ou emocionar. (BRASIL, 1998, p.38).

Quando se considera a importância do letramento, ficam de lado os exercícios mecânicos e repetitivos, baseados em palavras e frases descontextualizadas. O enfoque está no aluno que constrói seu conhecimento sobre a língua escrita e não no professor que ensina. Na escola, a criança deve prosseguir a construção do conhecimento iniciada em casa e interagir constantemente com os usos sociais da escrita.

O importante não é simplesmente codificar e decodificar, mas ler e escrever textos significativos. Enquanto a alfabetização se ocupa com a aquisição da leitura e da escrita por um indivíduo ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

Os estudos sobre o letramento desse modo, não se restringem

somente àquelas pessoas que adquiriram a escrita, isto é, aos alfabetizados. Buscam investigar também as conseqüências da ausência da escrita a nível individual, mas sempre remetendo ao social mais amplo, isto é, procurando entre outras coisas ver quais características da estrutura social têm relação com os fatos postos.

Para Vygotsky (1984), o letramento representa o coroamento de um processo histórico de transformação e diferenciação no uso de instrumentos mediadores. Representa também a causa da elaboração de formas mais sofisticadas do comportamento humano que são os chamados “processos mentais superiores”, tais como: raciocínio abstrato, memória ativa, resolução de problemas etc.

Em termos sociais mais amplos, o letramento é apontado como sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro de uma visão dialética, torna-se uma causa de transformações históricas profundas, como o aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio e da sociedade industrial como um todo.

Ao se falar em alfabetização, o que deve nos vir à mente são os três eixos norteadores da mesma: a oralidade, a escrita e a leitura. Uma está ligada à outra incondicionalmente. Alfabetizar é levar a criança a ter prazer, gostar de falar, escrever e ler.

Então, alfabetizar não é simplesmente decodificar códigos, símbolos, mas sim, decodificar e interpretar o significado, fazer uma análise crítica de algo. A escrita nas concepções tradicionais de alfabetização, baseadas na visão de que a aprendizagem da linguagem escrita é um processo de associação de símbolos gráficos a sons da fala e, por isso, um processo mecânico de repetição de letras ou sílabas e seus respectivos segmentos sonoros, passou a ser questionada com mais intensidade. (BRASIL, 1998).

O reiterado fracasso escolar das crianças de escolas públicas na fase inicial de alfabetização contribuiu para que a teoria de Ferreiro & Teberosky, orientada para pressupostos interacionistas na perspectiva psicogenética, encontrasse campo fértil para divulgação e aceitação no meio educacional.

As próprias pesquisadoras assinalaram que as elaborações que construíram eram as primeiras no sentido de:

[...] proceder a uma revisão completa de nossas idéias sobre a aprendizagem da língua escrita, a partir das descobertas da psicolinguística contemporânea e as primeiras a vincular esses

conhecimentos “com o desenvolvimento cognitivo, tal como é visto na teoria de Piaget”. (FERREIRO & TEBEROSKY, 1989, p. 25).

Além disso, apontaram que essa nova forma de conceber a alfabetização, considerando o sujeito que aprende e, portanto, a sua atividade, tem segundo a fala das pesquisadoras “[...] como fim último, o de contribuir na solução dos problemas de aprendizagem da lecto-escritura na América Latina, e o de evitar que o sistema educacional continue produzindo futuros analfabetos”. (FERREIRO & TEBEROSKY, 1989, p.32).

Entretanto, as expectativas de resolver os problemas denominados pelas autoras de seleção social e expulsão encoberta, gerados pela distribuição desigual de oportunidades educacionais, não se concretizaram e muitas crianças que são matriculadas nas escolas continuam sem aprender a ler e a escrever, porque a solução para o problema do fracasso escolar, durante a alfabetização, exige não apenas mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem, mas demanda, sobretudo, empenho e vontade dos poderes públicos no sentido de garantirem as condições para que o sistema educacional possibilite a efetiva aprendizagem.

No entanto, é evidente que não se pode deixar de ressaltar a contribuição da teoria psicogenética de aprendizagem da leitura e da escrita, uma vez que essa teoria contribuiu para romper as concepções tradicionais de alfabetização e possibilitou que os professores alfabetizadores começassem a refletir sobre a participação da criança no processo de aprendizagem e sobre o trabalho que realizavam para ensinar as crianças a ler e a escrever.

A partir da década de 1980, com a divulgação no Brasil, dos estudos de Ferreiro & Teberosky sobre a gênese da leitura e da escrita, as concepções tradicionais de alfabetização, baseadas na visão de que a aprendizagem da linguagem escrita é um processo de associação de símbolos gráficos a sons da fala e, por isso, um processo mecânico de repetição de letras ou sílabas e seus respectivos segmentos sonoros, passaram a ser questionadas com mais intensidade.

Sendo assim, o presente estudo sobre a apropriação da linguagem escrita pelas crianças, em fase inicial de alfabetização, pretende contribuir com as reflexões em torno desse processo, pois, investigar como ocorre o trabalho construtivo da criança no processo de alfabetização é muito importante já que apropriar-se da habilidade de escrever e ler é garantia de autonomia e cidadania.

Como já foi citado, os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram a observação não participante em 2 turmas de 1ª série durante um período de um mês. Observei duas professoras (G.F.M., A.T.G.) e quatro alunos (S.G, L.A, N.A., P.O.), dois em estágio mais avançado.

O número de alunos das professoras varia de dez a vinte e cinco, sendo E.O.M. professora da rede municipal e A.C.H da rede estadual. Realizamos a entrevista semi-estruturada com as mesmas duas professoras que pertencem a mesma SRE, em que atuamos, já que nesta tivemos a possibilidade de acrescentar ou modificar as perguntas, caso fosse necessário, dependendo das respostas das entrevistadas.

A experiência das professoras observadas e entrevistadas varia de cinco a vinte anos na educação. O tempo de atuação em turmas de alfabetização está entre três e dez anos. As entrevistadas possuem escolaridade diferente: uma cursa o Normal Superior e a outra possui o 2º grau.

A partir dos dados obtidos constatamos alguns pontos considerados fundamentais para entender como se dá a construção dos conhecimentos sobre a leitura e a escrita. Desse modo, os dados foram organizados em três categorias de análise: o processo da aquisição das habilidades necessárias à alfabetização e ao letramento; estratégias utilizadas pelo professor para motivar na criança, o gosto pela leitura; e objetivos priorizados pelo professor na alfabetização do aluno.

Quando às professoras entrevistadas, elas responderam sobre o processo de aquisição das habilidades necessárias à alfabetização e ao letramento, verificou-se que estas perceberam que:

P1: “A criança começa a compreender os códigos de leitura mesmo antes de freqüentar a escola, através do convívio social. Ao chegar a escola, a criança é estimulada passando a ter contato com vários textos escritos, assim ela vai fazendo descobertas, observando, analisando, combinando letras, sons, sílabas, assimilando e acomodando os conhecimentos.”

P2: “A criança compreende muita coisa a sua volta (placas, desenhos, números) através de conhecimentos adquiridos com pessoas do seu meio. Dependendo do meio em que vive, poderá ter mais ou menos capacidade de compreender esses símbolos. Na escola, a criança aprende através de observações, leituras de cartazes, exercícios de fixação, memorizando letras, sons e números.”

Percebe-se que P1, que cursa o Normal Superior, tem um conceito

mais atual do significado das palavras alfabetização e letramento, enquanto P2, que é formada em Magistério, está menos atualizada e utiliza uma prática ainda tradicional. Ela ainda está à procura dessa significação, pois, em sua resposta, fala sobre respeitar os conhecimentos prévios do aluno e ao mesmo tempo, que a criança aprende por meio de “exercícios de fixação”.

A partir das observações em sala de aula, percebemos que P1 dá “espaço” para que as crianças questionem, participem e que, mesmo aqueles alunos que se mostram mais desinteressados em estudar, parecem possuir uma relação de entrosamento muito grande com a professora, o que auxilia o envolvimento desses nas atividades. Já P2, apesar de dar um atendimento individual aos alunos que necessitam, parece demonstrar impaciência com os educandos e os alerta sobre a importância de se prestar atenção às aulas.

Ao observá-la em sala de aula junto aos alunos, constatamos que suas aulas não parecem ser muito criativas, pois utiliza no seu dia-a-dia, dentro de sala de aula, livros didáticos, cartilha, muitos exercícios de fixação e textos mimeografados.

De acordo com Piaget, “[...] começar a ensinar a ler e escrever por letras isoladas, ensinando seus sons primeiro para só depois ensinar as sílabas, palavras e frases, nesta ordem, e somente nesta ordem, tem sua origem há 2000 anos atrás.” (1982, p.20). E, percebe-se que não há nada mais antigo e nada mais atual, no cotidiano das escolas, do que ensinar desta forma, crendo num processo somatório que afirma que é pela soma de elementos menores, mais simples e fáceis e dos fonemas e as sílabas, que o sujeito aprende a língua.

Este modelo piagetiano de ensino coloca a decisão do que é simples ou complexo nas mãos do adulto. É o seu ponto de vista que define o que deve ser ensinado e quando deve ser ensinado. O ponto de vista da criança, seus modos de pensar e construir conhecimento não são levados em conta.

Tendo como paradigma que para uma boa aprendizagem da leitura e da escrita nas séries iniciais, fatores como: discriminação auditiva, coordenação motora, percepção visual ou desenvolvimento da lateralidade são determinantes, vemos surgirem nas práticas pedagógicas, seja da Educação Infantil, ou da Classe de Alfabetização, e até mesmo em séries posteriores a estas, o chamado período preparatório. Supostamente para aprender a ler e escrever é preciso que a criança realize atividades que não hajam leitura e escrita.

Hoje, pesquisas mostram que essa aprendizagem é uma conseqüência de múltiplos e complexos processos cognitivos que os sujeitos vivem e não são meramente motores, como querem alguns.

De acordo com Ferreiro:

[...] é preciso dar à criança o tempo de processar, de ler tanto o traço visível, quanto o invisível de uma obra, de um gesto ou texto, de uma pintura, de um desenho, de uma adivinha ... Mas tudo o que é “lido” pela criança é chamado de texto. Seja objeto, imagem, situação ou palavra, os textos são simultaneamente subjetivos e sociais. As brincadeiras e jogos, os livros e histórias, os desenhos, as pinturas, as fotografias, as obras de arte, as falas, os filmes, estão permeados pelo social. Pois as crianças vão construindo seus signos a partir de sua experiência com o mundo objetivo e do contato com as formas culturalmente determinadas de organização do real fornecidas pela cultura. (FERREIRO, 1998, p.45).

E, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, o ponto de partida neste processo é utilizar a vivência que a criança já traz quando chega a escola, ou seja, compreendemos que ao ingressar na escola para ser alfabetizada, ela está ascendendo ao primeiro degrau de uma atividade escolar necessária e universal e que a incapacidade da escola em conduzir a criança a um domínio instrumental básico para seu desenvolvimento intelectual representa uma interdição à sua possibilidade de ascender à participação na sociedade como uma cidadã ciente de seus direitos e deveres.

Ainda, de acordo com os PCNs:

O processo de alfabetização tem de ser desenvolvido de modo a incluir toda a pessoa que chega à escola no universo da língua escrita. Disto decorre, então, que o ensinar a ler e a escrever necessariamente levará em conta o que os alfabetizados têm a dizer e os motivos que os levam a estabelecer interações na escola e fora dela, ampliando suas experiências pessoais, redimensionando-as nos diferentes momentos e espaços de interlocução, para se constituírem cidadãos. (BRASIL, 1998, p.39).

Percebe-se que, quando a criança chega à escola, o professor precisa estar atento às formas com as quais ela organiza o real, os textos que constrói e que consegue ler e aquilo que “revela da sua essência mais íntima”. Isto implica deixá-la se manifestar pelas diferentes linguagens (corporal, gráfica/plástica, oral) para poder ouvir a sua voz, assim ouvir também o que a está constituindo. É preciso também proporcionar

momentos em que ela possa apreciar, observar, ouvir e também produzir, se expressando através de diferentes linguagens.

Na segunda categoria tratamos das estratégias utilizadas pelas professoras para desenvolver, na criança, o gosto pela leitura. Diante disso, as entrevistadas disseram que:

P1: “Partindo do próprio material existente em casa e na escola como: rótulos, crachás com nomes dos alunos, brincadeiras, músicas, historinhas, parlendas, joguinhos, recortes, livros de literatura infantil, jornalzinho escolar, histórias em quadrinhos, textos e atividades de livros didáticos etc.”

P2: “Contação de histórias, leituras e exercícios mimeografados, cartazes, gravuras, histórias em seqüências, recortes, livros didáticos etc.”

Analisando as respostas obtidas, constata-se que **P1** parece ser adepta à teoria do construtivismo, ou seja, entende que o desenvolvimento intelectual é determinado pela relação do sujeito com o meio, pois é através de sua interação com o outro é que o aluno se desenvolve em relação às construções das habilidades necessárias ao desenvolvimento da escrita e da leitura.

Ao observar **P1** na sala de aula, percebemos que ela trabalha com grande variedade de textos que circulam no dia-a-dia das crianças. Suas aulas são criativas e utiliza textos reais e significativos desafiando e estimulando a aprendizagem dos alunos num clima de cooperação e troca de informações.

Nessa linha de pensamento, o indivíduo constrói o seu conhecimento tendo em vista a sua interação com o ambiente, dando seqüência a fatores internos e externos, respondendo aos estímulos, analisando, organizando e construindo seu conhecimento por intermédio de um processo contínuo de fazer e refazer. Ainda nessa linha, é importante que o professor atente para alguns princípios básicos, tais como: respeito à produção do aluno; espaço para o aluno testar suas hipóteses e o trabalho em grupo.

Daí a importância do professor estudar, procurar se aprimorar, afim de conseguir um resultado positivo no seu trabalho junto ao aluno. Se ele unir a sua prática à teoria, à práxis, ele terá um conhecimento que irá nortear o seu trabalho em relação ao trabalho de desenvolver o gosto do aluno pela leitura, pelo querer aprender.

Já a **P2** direciona suas aulas com muitos exercícios repetitivos e de fixação. E os alunos os fazem sem questionar, automaticamente. Mas o processo de alfabetização não é apenas isto, ou seja, não pode se restringir a esses aspectos mecânicos. O domínio da escrita implica num maior

conhecimento da língua e este conhecimento se dá simultaneamente com um maior conhecimento do mundo. Daí a alfabetização tornar-se uma etapa importante e necessária no processo de compreensão crítica da realidade. (BRASIL, 1998).

A partir das observações em sala de aula constatamos que **P2** privilegia a aprendizagem individual, isto é, não favorece a troca de informações entre os alunos e os cobram silêncio e que permaneçam sempre sentados. Suas aulas são monótonas, com poucos recursos didáticos e há um certo desinteresse nas aulas por parte dos alunos.

Os objetivos priorizados pelas professoras em relação à alfabetização do educando, as entrevistadas responderam que priorizavam:

P1: “Desenvolver habilidades para compreender as mensagens contidas no texto; conduzir para que os alunos possam ser cidadãos ativos na sociedade; tomar cuidado com a criança para não inibi-la diante do erro”. Já a **P2** tem como objetivo “ensinar a ler, escrever e interpretar. Saber escrever números, relacionar quantidades aos símbolos e operar com eles”.

Percebe-se que **P1** tem o conhecimento de que o ponto de partida para toda a aprendizagem é o próprio sujeito e não o conteúdo a ser abordado. Em outras palavras, ao iniciar a escrita, a criança está formando hipóteses sobre o significado da representação gráfica, produzindo traços visíveis no papel. Se uma criança faz um desenho, ela não está reproduzindo o que vê, mas está fazendo o que sabe a respeito daquele objeto. A evolução deste processo, assim como acontece com a fala e o desenho, se dá em seqüências organizadas e passa por estágios definidos por Ferreiro (1998) e comprovados por vários outros pesquisadores.

- No primeiro estágio, a criança vê a palavra como um todo global e a representa com vários símbolos usados aleatoriamente.
- No estágio seguinte, ela já percebe as unidades, sílabas, usando apenas um símbolo para representar cada uma.
- Só quando atinge o terceiro estágio, a criança está apta a compreender os complicados mecanismos da leitura e da escrita. Isto porque, tendo superado o realismo nominal e adquirindo a estabilização do valor sonoro de cada letra, já percebe que as letras representam sons da fala e a palavra representa não o objeto, mas o seu nome. Ela é capaz de se expressar através dos símbolos gráficos (escrita).

No processo de alfabetização, tanto a leitura como a escrita, vão acontecendo simultaneamente. Verifica-se que algumas crianças aprendem primeiramente a escrever e depois a ler, enquanto que outras se dão de maneira inversa.

Outra vez, **P2** deixou bem claro o seu jeito de trabalhar. Ao observá-la, em sala de aula, constata-se que ela prioriza apenas que o aluno aprenda a escrever, a ler e a operar com os números. Parece ser uma professora que apenas se preocupa em reproduzir o conhecimento, que não se interessa, como ocorre com a **P1**, em formar cidadãos que possam agir e até interferir na sociedade na qual estão inseridos.

Se o professor não se interessa em criar cidadãos críticos, criativos e reflexivos, que tenham condições de transformar a nossa sociedade, ele estará apenas criando mais pessoas que irão obedecer ao sistema e à classe dominante, ou seja, ela estará criando “dominados”, pois quem possui o conhecimento possui o poder.

Piaget (1982) concebe uma psicologia voltada para a questão do conhecimento. Seu interesse se concentra no conhecimento existente nos diferentes estágios da criança. Essa preocupação tem característica evolutiva e construtivista.

Notamos o quanto é importante que o professor leia, pesquise e tenha conhecimentos teóricos que irão direcionar o seu trabalho e assim encaminhá-lo para um resultado positivo, que vise criar cidadãos cômicos de seus direitos e deveres, portanto, preparados para interferir na sociedade atual.

Aprender é uma tarefa complexa que envolve o sujeito como um todo e de forma específica. Conhecer demanda esforço, investimento e objetivos direcionados à aprendizagem. Nessa perspectiva, toda a aprendizagem é um trabalho dinâmico em que o aprendiz está sempre se movimentando, construindo e reconstruindo seu universo pessoal e grupal, exercendo um ato de compreender o mundo.

Parte de experiências de leitura, cujos objetivos são de apreensão dos significados fixados por um discurso escrito, o sujeito situa-se nos horizontes da mensagem, destacando e enumerando as possibilidades de significado. O compreender desse texto emerge através das atitudes do leitor diante dele, assim como de seu conteúdo, ou seja, o sujeito interpreta os significados atribuídos.

Por isso, o aluno não pode passar ao largo do texto matemático, do contato com seus sinais, números e símbolos, da busca do sentido pela palavra, da compreensão lingüística para chegar ao raciocínio que desses pontos decorre. Nesse movimento, inclusive o aprender está para elaborá-lo e reelaborar, que é o entendimento abstraído e o desvelamento do ser leitor. É de consenso entre os educadores que a aprendizagem é o processo pelo qual o comportamento se modifica.

Para Vygotsky (1984), o processo maturacional prepara as condições para a aprendizagem e esta ajuda a estimular a maturação. A aprendizagem provoca capacidades internas que se estabelecem pela maturação, mas que dependem de estímulos externos para despertarem.

O meio social é decisivo para que a criança consiga internalizar os processos de desenvolvimentos adquiridos e passe a assumir como seus, os dados da realidade apreendida pela aprendizagem.

Sob a ótica de um educador, o conhecimento só terá significado se instrumentalizar o aprendiz para o adequado movimento social decorrente da escolarização. Muitas vezes, a leitura só possui um espaço na vida das pessoas quando aparece a necessidade em ocupá-la. A abordagem solicitada nos remete a uma reflexão sobre diferenças e características comuns aos termos aprendizagem e educação, uma vez que em nosso entendimento é possível analisá-los separadamente.

E nos dias de hoje, em que as sociedades estão cada vez mais centradas na escrita, ser alfabetizado, isto é, saber ler e escrever, tem se revelado condição insuficiente para responder adequadamente às demandas contemporâneas. Percebemos ser preciso ir além da simples aquisição do código escrito; é preciso fazer uso da leitura e da escrita no dia-a-dia e assim, assimilar a função social dessas duas práticas, além disso, é preciso letrar-se.

O conceito de letramento tem sua origem nas lacunas que se percebe no conceito de alfabetização. Por isso, as escolas em geral, estão trabalhando o letramento juntamente com a leitura e a escrita. Ou seja, além de alfabetizar os alunos, estão desenvolvendo as habilidades do educando preparando-os para utilizarem a língua nas práticas sociais cotidianas, por exemplo: os preparem para dar de um simples recado a uma carta. Foi necessária essa reformulação no ensino, nas práticas pedagógicas e nas estratégias de ensino, já que a alfabetização e o letramento se somam e estão intrinsecamente ligados.

Alfabetização não é apenas ensinar a ler e a escrever; não é apenas a aquisição do sistema de codificação de fonemas e decodificação de grafemas, apropriação do sistema alfabético e ortográfico. É um conjunto de todas estas habilidades que são imprescindíveis para a participação social no mundo da escrita.

Os dados da pesquisa revelaram que os dois processos, alfabetização e letramento, apesar de parecerem processos distintos, na verdade não se distinguem, pois, deve-se alfabetizar letrando. Enquanto alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da técnica da escrita, letrar

significa levá-la ao exercício das práticas sociais da leitura e da escrita. A criança alfabetizada sabe ler e escrever.

Uma criança letrada é aquela que tem habilidades e competências e até mesmo o gosto pela leitura e pela escrita de diferentes portadores de textos, em diferentes contextos, momentos, circunstâncias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Introdução. Brasília: MEC/FNDE, 1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Língua portuguesa. Brasília: MEC/FNDE, 1998.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. Emília. *Cultura escrita e educação*. São Paulo: Ed. Artmed, 1998.

_____. Como se lê o brasileiro. *Revista Veja*, São Paulo, 19, dez.2000. n. 1731.

_____. *Educação infantil: muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 1998.

MANDL, Carolina; VIANA, Diego. Pesquisadores vinculam analfabetismo e economia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mar. 2001. Caderno Cotidiano, p. 3.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Artmed; Belo Horizonte: Vozes, 1976.

MINAS GERAIS. *Ciclo inicial de alfabetização*. Mec/SEE, 2003.

PIAGET, J. O. *Construtivismo na sala de aula*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1982.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. *Estudos sobre a história do comportamento: Símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.